



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

Director-Geral ACYR CASTRO

ESTADO DO PARÁ

ORDEN E PROGRESSO

ANO LXXII — 74.º DA REPÚBLICA — NUM. 20.066 BELEM — QUINTA-FEIRA — 25 DE ABRIL DE 1963

LEI N. 2047 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Vitalina Gonçalves Pinheiro.

A Assembléa Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Vitalina Gonçalves Pinheiro uma área de terras devolutas, do patrimônio do Estado, sem denominação, situada no Município de Anajás, medindo mil e quinhentos metros de frente e três mil metros de fundos, com as delimitações constantes do processo n. 1683/54 da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisório e definitivo de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2746 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas do patrimônio do Estado a Vicente Pereira.

A Assembléa Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Vicente Pereira, uma área de terras devolutas do patrimônio do Estado, sem denominação, situada no Município de Oriximiná, medindo cem metros de frente e quatrocentos metros de fundos, com as delimitações constantes do processo n. 2464/56 da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisório e definitivo de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR:

Doutor AURÉLIO CORREIA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR:

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Sr. JOSÉ GOMES QUARESMA

Respondendo pelo expediente

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Sr. OLINTO SALES

Resp. pelo expediente

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. JESUS CORREIA DO CARMO

Resp. pelo expediente

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Dr. PEDRO VALLINOTO

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E ÁGUAS:

Dr. EFRAIM RAMIRO BENTES

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Dr. BENEDITO CELSO DE PADUA COSTA

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO:

TIBIRICA DE MINEZES MAIA

Resp. pelo expediente

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO:

Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2748 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Raimundo Marcos da Luz.

A Assembléa Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Raimundo, Marcos da Luz uma área de terras devolutas, do patrimônio do Estado, sem denominação, situada no Município de Bragança, medindo quinhentos e cinquenta metros de frente e novecentos e trinta e seis metros de fundos, com as delimitações constantes do processo 2994/54 da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisórios e definitivos de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exi-

gências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2749 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de Cr\$ 22.484,00, em favor de Vicente Esteves de Carvalho.

A Assembléa Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 22.484,00), em favor de Vicente Esteves de Carvalho, reformado da Polícia Militar do Estado, destinado ao pagamento da diferença de seus proventos, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Estado de Finanças

LEI N. 2750 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Raimunda Gonçalves Gomes.

A Assembléa Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Raimunda Gonçalves Gomes, uma área de terras devolutas, do patrimônio do Estado, denominada Sítio São Pedro, situada no Município de Nova Timbo-tea medindo quinhentos metros de frente e mil metros de fundos,

IMPrensa Oficial do Estado

Redação, Administração e Oficinas:
Avenida Almirante Barroso, 349 — Fone: 9998
Diretor — Sr. ACYR CASTRO
Secretário — Sr. AUGUSTO SOARES
Redator — Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

ASSINATURAS	PUBLICIDADES
Anual 4.000,00	1 Página de Contabilidade uma vez 10.000,00
Semestral 2.000,00	
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS	
Anual 5.400,00	Por mais de duas
Semestral 2.700,00	(2) vezes 10% de abatimento.
VENDA DE DIÁRIOS	
Número atrasados... 20,00	Por mais de cinco
Número avulso 15,00	(5) vezes 20% de abatimento.
O custo do exemplar dos órgãos oficiais, na venda avulsa, será acrescida de Cr\$ 15,00 ao ano.	
	O centímetro por coluna no valor de 80,00

EXPEDIENTE

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação até às dez e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma face do papel e devidamente autenticada, devendo as rasuras e emendas ser sempre ressalvadas por quem de direito as reclamações nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito à Diretoria, das sete e trinta (7,30) às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída dos órgãos oficiais. A matéria paga será recebida das oito e trinta (8 às 12,30) horas, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezessete (17) horas.

Excetuadas as para o exterior, as assinaturas serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar em qualquer época por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensoas sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número de talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de extracuriosos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheques ou vale postal, emitido a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

com as delimitações constantes do processo n.º 679/54, da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisórios e definitivo de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício
Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2751 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Manoel Etelvino Costa do Carmo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Manoel Etelvino Costa do Carmo, uma área de terras devolutas, do patrimônio do Estado, sem denominação, situada no Município de São Caetano de Odivelas, medindo quatrocentos e

quarenta metros de frente e mil oitocentos e sessenta metros de fundos, com as delimitações constantes do processo n.º 2187/56, da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisório e definitivo de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício
Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2752 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de Cr\$ 52.712,00, em favor de João Augusto da Costa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de cinquenta e dois mil setecentos e doze cruzeiros (Cr\$ 52.712,00), em favor de João

Augusto da Costa, ex-maior reformado da Polícia Militar do Estado, destinado ao pagamento da diferença de seus proventos, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Estado de Finanças

LEI N. 2753 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de Cr\$ 390.000,00, em favor da firma F. Aguiar & Cia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de trezentos e noventa mil cruzeiros (Cr\$ 390.000,00), em favor da firma F. Aguiar & Cia., destinado ao pagamento de fornecimentos feitos ao Estado, no exercício de 1960.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Estado de Finanças

LEI N. 2754 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de Cr\$ 14.000,00 em favor da firma R. J. Maia & Cia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de quatorze mil cruzeiros (Cr\$ 14.000,00), destinado ao pagamento de fornecimentos feitos ao Estado pela firma R. J. Maia & Cia., no exercício de 1960.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1963.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Estado de Finanças

LEI N. 2755 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Raimundo Erminio Monteiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida, por venda, a Raimundo Erminio Monteiro, uma área de terras devolutas do patrimônio do Estado denominado São Raimundo, situada no Município de Maracanã, medindo mil novecentos e oitenta metros de frente e mil setecentos e cinquenta metros de fundos, com as delimitações constantes do processo 1975/57, da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisório e definitivo de posse serão assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

José Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Estado de Finanças

LEI N. 2756 — DE 17 DE ABRIL DE 1963

Concede uma área de terras devolutas a Mariano Elias Teixeira.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedida por venda, a Mariano Elias Teixeira, uma área de terras devolutas, do patrimônio do Estado, sem denominação, situada no Município de Maracanã, medindo oitocentos metros de frente e oitocentos metros de fundos, com as delimitações constantes do processo 2528/54, da Secretaria de Obras, Terras e Águas.

Art. 2.º A referida área não poderá ser alienada pelo espaço de dez (10) anos.

Art. 3.º Os títulos provisórios e definitivo de posse sendo assinados pelo Chefe do Poder Executivo, depois de satisfeitas as exigências regulamentares.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em exercício

Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Obras, Terras e Águas

LEI N. 2757 — DE 19 DE ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de Cr\$ 22.452,00 em favor de Tobias do Nascimento.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 22.452,00 (vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros), em favor de Tobias do Nascimento, 30. Sargento Reformado da Polícia Militar do

Estado, destinado ao pagamento da diferença de seus proventos, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
de Estado de Finanças
Resp. pelo Exp. da Secretaria

LEI N. 2758 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de
Cr\$ 18.732,00 em favor de
Ivo Amorim.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 18.732,00 (dezoito mil setecentos e trinta e dois cruzeiros), em favor de Ivo Amorim, 2.º Sargento Reformado da Polícia Militar do Estado, destinado ao pagamento da diferença de seus proventos, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria
de Estado de Finanças

LEI N. 2759 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Dispõe sobre a elevação de
pensão atribuída a viúva
Zózima Moraes Veloso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica elevado de cinco mil e cem cruzeiros Cr\$ 5.100,00, para dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), mensais, a pensão atribuída à Sra. Zózima Moraes Veloso, viúva do ex-investigador policial Pedro Veloso, pensionada do Estado pela Lei n. 1.572, de 3 de agosto de 1958, a partir do mês de maio de 1962.

Art. 2.º Para atender aos encargos da presente lei fica aberto o crédito especial de trinta e nove mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 39.200,00), que correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria
de Estado de Finanças

LEI N. 2760 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de
Cr\$ 13.200,00, em favor da
firma Mesbla S. A.

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos cruzeiros), em favor da firma Mesbla S. A., destinado ao pagamento de fornecimentos feitos ao Estado, no exercício de 1960.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria
de Estado de Finanças

LEI N. 2761 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de
Cr\$ 68.028,00 em favor de
Eugênio Cavaleiro de Ma-
cedo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de sessenta e oito mil e vinte e oito cruzeiros (Cr\$ 68.028,00), em favor de Eugênio Cavaleiro de Macedo, Coronel Reformado da Polícia Militar do Estado, destinado ao pagamento da diferença de seus proventos, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de
Estado de Finanças

LEI N. 2762 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de
Cr\$ 107.550,00, em favor da
Gráfica Falângola Editora
Ltda.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de cento e sete mil quinhentos e cinquenta cruzeiros....

(Cr\$ 107.550,00), em favor da firma Gráfica Falângola Editora Ltda., destinado ao pagamento de fornecimentos feitos ao Estado (Mesa de Rendas, Coletorias e Postos Fiscais), no exercício de 1960.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de
Estado de Finanças

LEI N. 2763 — DE 19 DE
ABRIL DE 1963

Abre crédito especial de
Cr\$ 27.704,00 em favor de
Miguel da Silva Eleres.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de vinte e sete mil setecentos e quatro cruzeiros (Cr\$ 27.704,00), em favor de Miguel da Silva Eleres, Subtenente Reformado da Polícia Militar do Estado, destinado ao pagamento da diferença de proventos a que tem direito, referente ao período de setembro a dezembro de 1960, que deixou de receber na devida oportunidade.

Art. 2.º O crédito autorizado pelo artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1964.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará 19 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de
Estado de Finanças

LEI N. 2764 — DE 23 DE ABRIL
DE 1963

Abre, no corrente exercício financeiro, o crédito especial de Cr\$ 43.700,00 em favor de José de Miranda Castelo Branco.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pará, estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, o crédito especial de Cr\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos cruzeiros), em favor de José de Miranda Castelo Branco, ocupante efetivo do cargo de Chefe de Expediente da Secretaria de Estado de Saúde Pública, destinado ao pagamento das diárias a que faz jus, durante o tempo em que esteve servindo nas Colônias do Prata e de Morituba, nos períodos de 26-4-51 a 27 de outubro do mesmo ano e de 6-11-1951 a 14-7-1952, perfazendo um total de 437 (quatrocentos e trinta e se-

te) diárias a razão de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) cada uma, que o requerente deixou de receber no tempo devido.

Art. 2.º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de abril de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Governador do Estado, em
exercício

Jesús Corrêa do Carmo
Resp. pelo Exp. da Secretaria de
Estado de Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Celina Andrade de Souza, para exercer, interinamente, o cargo de Professor de 2.ª. entrância, padrão D, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de

Educação e Cultura

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Cacilda Andrade dos Santos, para exercer, interinamente, o cargo de professor de 2.ª. entrância, padrão D, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de

Educação e Cultura

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Raimunda Siqueira Cunha, para exercer, interinamente o cargo de Professor de 2.ª. entrância, padrão D, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de

Educação e Cultura

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria Brito Colares, para exercer, interinamente, o cargo de Servente, padrão A, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de

Educação e Cultura

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Naide Maria Soares, para exercer, interinamente, o cargo de Servente, padrão A, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURELIO CORREA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 29 DE MARÇO DE 1963

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Raimunda Pereira, para exercer, interinamente, o cargo de Servente, padrão A, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de março de 1963.

AURELIO CORREA DO CARMO
Governador do Estado
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

nascimento de que trata o Edital de Concorrência em pauta, poderão ser feitos em dinheiro, Bônus ou Obrigações do Tesouro vencíveis a partir de 1964 ou Resto a Pagar para 1964, conforme seja determinado pelo Governo Federal.

Comando do 4º Distrito Naval, Belém, do Pará em, 15 de abril de 1963.

Rubens Sérgio de Mello de Souza
Capitão-de-Corveta (IM) Encarregado da Divisão de Intendência

(Ext. Dias 23, 24 e 25/4/63)

ANÚNCIOS

EMPRESA TELEFÔNICA DE ÓBIDOS, S/A.
Rua Justo Chermont, s/n — Óbidos — Pará
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas:

É com prazer, que esta Diretoria apresenta o relatório de suas realizações a partir da fundação de nossa Sociedade.

Como era de se prever, no início de nossas atividades, verificou-se na apuração do Balanço Geral um prejuízo de Cr\$ 358.628,50, que será compensado com futuros lucros de acordo com a Lei.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio com que os dignos acionistas vêm prestigiando a nossa atuação e chamar a sua preciosa atenção para o Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do Exercício de 1962, bem como do Parecer do nosso Conselho Fiscal.

Óbidos, 31 de janeiro de 1963.

(aa) José Cornélio dos Santos — Presidente

Isaac Hamoy — 1.º Vice Presidente

Franemil João Loureiro, 2.º Vice Presidente

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "DESPESAS GERAIS"
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

Portes e Telegramas	13.005,90
Sêlos Federais	42.970,00
Material de Escritório	19.105,00
Diversas	62.236,50
Carretos	1.350,00
Combustíveis e Lubrificantes	15.500,00
Frete	4.609,70
Anúncios	360,00
Ordenados	264.880,00
Conservação e Reparos	145.312,00
Despesas Bancárias	4.332,00
Despesas C/13o. mês de salário	25.333,60
Serviços Prestados	72.000,00
Pró-Labore da Diretoria	3,00
	<hr/>
	Cr\$ 670.997,70

Óbidos, 31 de dezembro de 1962.

(aa) José Cornélio dos Santos — Diretor Presidente

Isaac Hamoy — 1.º Vice Presidente

Franemil João Loureiro — 2.º Vice Presidente

(a) Waldemar Lopes

C.R.C. — 372.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

— A T I V O —

Imobilizado	
Equipamentos	3.440.657,80
Maquinismos	211.360,00
Móveis e Utensílios	23.500,00
Bens Imóveis	786.134,00
	<hr/>
	4.461.651,80

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

IMPRESSA OFICIAL
PORTARIA S/N. DE 24 DE ABRIL DE 1963

O Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, alínea f), do Decreto n. 378, de 14-9-1951 e de acordo com o que dispõe o art. 12 do Decreto-Lei n. 3.618 de 2-12-1940,

RESOLVE:

Suspender por 3 dias a partir desta data, os diaristas extra-numerários Alcides Gama das Neves

e Arnaldo Gomes da Silva por haverem aposto suas assinaturas no respectivo Livro Ponto, na parte relativa ao expediente do dia imediato, tentando com isso iludir a boa fé dos seus superiores, fato que já se vem repetindo.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete da Direção, em 24 de abril de 1963.

Acyr Castro
Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E AGUAS

Sentença proferida pelo exmo. sr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, nos autos de compra de terras devolutas de medição e discriminação de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Belém, em que são discriminantes: — Herdeiros de Gabriel de Oliveira Nascimento.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

Considerando que os pareceres

Técnicos, Jurídicos e Administrativos do Serviço de Terras desta Secretaria de Estado são favoráveis a sua aprovação;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Aprovo o presente processo de medição e discriminação para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Serviço de Terras para ulteriores legais.

S. E. O. T. A., 8 de março de 1963.

Eng. Efraim Ramiro Bentes
Secretário de Estado

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

IMPRESSA OFICIAL

EDITAL DE CHAMADA

Reitera-se a notificação ao sr. Abner Alves de Moraes vigia noturno, a comparecer à Divisão do Pessoal no expediente das 8 às 13 horas, para justificar sua ausência prolongada do trabalho, de cuja falta é reincidente, sob pena de, não o fazendo e não provando o afastamento do seu setor de atividades por motivo de força maior ou coação ilegal, até o término da publicação deste edital, ser dispensado por abandono de emprego, de conformidade com a lei.

Para que não alegue ignorância, esta publicação será pelo período de 8 (oito) dias. Belém, 24 de abril de 1963.

A DIREÇÃO

(Dias - 25, 26, 27, 30/4; 3, 4 e 7/2/63)

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL
DIVISÃO DE INTENDÊNCIA
Edital de Concorrência Administrativa
ADITAMENTO

Em aditamento ao Edital de concorrência publicado no "DIÁRIO OFICIAL" do Estado do Pará, dos dias 29 de março e 2 de abril do corrente ano, transcreve-se o seguinte:

Em cumprimento ao estabelecido no Decreto 5184, de 8 de março de 1963, publicado no "DIÁRIO OFICIAL" da União, de 13 de março de 1963, faço público que os pagamentos referentes ao for-

Disponível		
Caixa	1.155.098,10	
Banco do Brasil, S/A. Dep. S/		
Limite	623,60	1.155.721,70
Realizável		
Acionistas		10.000,00
Resultado Pendente		
Gastos de Instalação	234.861,80	
Prejuízo a Ressarcir	358.628,50	593.490,30
	Cr\$	6.220.863,80

P A S S I V O

Não Exigível		
Capital		3.430.000,00
Exigível		
Contas a Pagar	85.589,00	
Ações a Emitir	2.675.000,00	
Duplicatas a Pagar	30.274,80	2.790.863,80
	Cr\$	6.220.863,80

Obidos, 31 de dezembro de 1962.

(aa) José Cornélio dos Santos — Diretor Presidente
Isaac Hamoy — 1.º Vice Presidente
Franmil João Loureiro — 2.º Vice Presidente

(a) Waldemar Lopes
C.R.C. — 372.

**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962**

D É B I T O

Despesas Gerais	670.997,70	
C R É D I T O		
Rendas de Juros e Descontos	1.777,70	
Despesas Recuperadas	29.692,00	
Eventuais	8.600,00	
Mensalidades	272.300,00	
Prejuízo a Ressarcir		
Valor do prejuízo verificado n/exercício	358.628,50	
	Cr\$	670.997,70

Obidos, 31 de dezembro de 1962.

(aa) José Cornélio dos Santos — Diretor Presidente
Isaac Hamoy — 1.º Vice Presidente
Franmil João Loureiro — 2.º Vice Presidente

(a) Waldemar Lopes
C.R.C. — 372.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinadas as Contas de Lucros e Perdas, o Balanço Geral e o Relatório da Diretoria, relativo ao exercício de 1962, somos de parecer unânime, em face da exatidão dos algarismos e demais documentos, pela aprovação dos mesmos, que bem revelam a boa orientação nos negócios desta Sociedade Anônima.

Obidos, 31 de janeiro de 1963.

(Assinaturas Negáveis).

(Ext. — Dia 25/4/63)

**RADIO CLUBE DO PARÁ,
S. A.**

**Assembléia Geral Ordinária
CONVOCAÇÃO**

Em cumprimento ao que determinam a Lei e os nossos Estatutos, convocamos os senhores acionistas da Rádio Clube do Pará, S.A., para a sessão de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 27 do corrente, às 15 horas, na sede social, à Avenida Presidente Vargas, n. 351, Edifício "Palácio do Rádio", 2.º andar, para aprovação do Relatório e Contas da Diretoria referentes ao exercício de 1962, Parecer do Conselho Fiscal, eleição dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 1963, fixação dos honorários dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, e mais o que ocorrer.

Belém (Pa), 13 de abril de 1963.

Os Diretores:

Edgar de Campos Proença

Eriberto Pio dos Santos

(Ext. — 17, 23 e 25/4/63)

AMAZÔNIA S/A

**EMPREENDEIMENTOS E AD-
MINISTRAÇÃO**

— AVISO —

Comunicamos aos srs. acionistas que a Assembléia Geral Ordinária, convocada para 24/4/63, somente realizar-se-á em 30/4/63 no local e hora anteriormente estabelecido no Edital de Convocação.

Belém, 21 de abril de 1963.

A DIRETORIA

(Ext. 24, 25 e 26/4/63)

**BELÉM COMERCIAL S/A
Assembléia Geral Ordinária**

Convidam-se os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 do corrente, na sede social, às 15 horas, para julgamento das contas da Diretoria, eleição dos corpos administrativos, fixação dos seus vencimentos e o que ocorrer.

Belém, 20 de Abril de 1963

A Diretoria

Ext. — Dias 23, 24 e 25/4/63

**ORDEN DOS ADVOGADOS
DO BRASIL**

SECCAO DO PARA

De conformidade com o disposto no artigo 16 do Regulamento a que se refere o Decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, faço público que requereu inscrição no

Quadro dos Solicitadores desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, o acadêmico do Direito Miguel Roumié, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Cidade, a travessa Primeiro de Março, n. 640.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, em 22 de abril de 1963.

(a) Arthur Cláudio Mello,
Primeiro Secretário
(Dias 24, 25, 26, 27 e 30/4/63)

**SOCIEDADE CIVIL "INSTI-
TUTO BRASIL"**

**Assembléia Geral Ordinária
1ª CONVOCAÇÃO**

De acordo com o artigo 22 dos nossos Estatutos, convoco os srs. cotistas da Sociedade Civil "Instituto Brasil" para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social à avenida Alcindo Cacela n. 870, nesta cidade, às 20 horas no próximo dia 30 de abril, para deliberar sobre o seguinte:

a) Leitura e apreciação do balanço do exercício findo.

b) O que ocorrer.

Belém, 23 de abril de 1963.

Mênio Castro da Costa

Diretor-Gerente

(Ext. 24, 25 e 26/4/63)

**BREVES INDUSTRIAL S/A
Assembléia Geral Ordinária**

Convidamos os senhores acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1963, às 17 horas em nossa sede à Praça da República Edifício Piedade, apartamento 301, para apreciação e julgamento do Relatório e contas da Diretoria relativos ao exercício de 1962, e o que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1963.

a) Renato Malheiros Franco — Presidente
(Ext. 24, 25 e 26/4/63)

**TAURUS BRASIL S/A
Assembléia Geral Ordinária**

Convidam-se os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 do corrente, na sede social, às 14 horas, para julgamento das contas da Diretoria, eleição dos corpos administrativos, fixação dos seus vencimentos e o que ocorrer.

Belém, 20 de Abril de 1963

A Diretoria

Ext. — Dias 23, 24 e 25/4/63

FORÇA E LUZ DO PARÁ S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1962

Já ao apresentarmos o Relatório de 1961, frizáramos "a impossibilidade de fazer quaisquer novas previsões ante a ainda incontrolada e esmagadora espiral inflacionária, que encontra, em empresas do tipo da nossa, suas maiores vítimas, por não poderem nem deverem acompanhar, como dever cívico e humano, o ritmo ascendente de todos os preços".

O desenrolar dos fatos em 1962, confirmou a procedência de nossas alegações. Iniciamos o exercício com uma tarifa que, embora calculada com os elementos de que dispúnhamos em outubro de 1961, já, em janeiro, ao entrar em vigor era obsoleta e carecia de substancial reajustamento. Preferimos, entretanto, suportá-la sem revisão para não agravar ainda mais a situação da população e numa vã esperança de que estancasse nos primeiros meses o fluxo inflacionário. E assim chegamos ao fim do exercício, arcando com pesados ônus, tendo pago somente de diferença de câmbio, impostos e despesas resultantes dessa diferença, a apreciável soma de Cr\$ 230.475.585,70, da qual Cr\$ 108.494.585,70 não constavam na estrutura das tarifas instaladas, e dos Cr\$ 121.981.368,00 previstos na estrutura de preços, não foram arrecadados cerca de Cr\$ 32.500.000,00, devido a redução do volume de venda de energia, que não atingiu a previsão feita, a quando do cálculo tarifário. Tais fatos, somados ao sempre crescente débito dos Poderes Públicos e a necessidade de não paralisar certas obras, como a dos sistemas de transmissão e distribuição e das sub-estações, ocasionaram apreciável desequilíbrio financeiro. Empréstimos a curto prazo aliviaram apenas parcialmente a situação financeira mas agravaram o aspecto econômico, pois importaram no pagamento de considerável soma de juros e comissões (cerca de treze milhões de cruzeiros).

Mais do que no exercício anterior, vemo-nos na impossibilidade de novos prognósticos, mas cumpre-nos alertar aos Srs. Acionistas e aos Poderes Públicos que, se rumos outros não forem traçados para empresas do tipo da nossa, tenderão a ser sombrios os resultados financeiros e econômicos das mesmas, ainda que com imenso esforço possamos manter em ritmo normal a prestação dos serviços que executamos.

A manutenção desses serviços é a única razoável promessa que podemos fazer aos consumidores, já que quanto ao preço de energia em Belém, que sabemos afligir essa população e preocupar os seus meios comerciais e industriais — tudo, depende do tratamento que pudermos merecer dos Poderes Públicos.

Um reajustamento tarifário da ordem de 35%, sobre os níveis calculados em outubro de 1961, entrará em vigor em janeiro, e será talvez o menor aumento verificado no custo de qualquer utilidade no decorrer dos últimos doze meses. Esse aumento ao nível de 35%, só poderá ser mantido com a estabilização dos preços dos principais fatores que influem na nossa produção de energia, especialmente combustível e câmbio.

A Força e Luz do Pará S.A., não poderá suportar qualquer novo aumento no preço do combustível ou elevação de taxa de câmbio sem impôr aos seus consumidores a correspondente majoração de tarifas, malgrado ser-nos isto bastante penoso. Teremos de optar forçosamente entre manter um serviço a alto preço ou deixá-lo perecer, já que não há no Orçamento de 1963 — como não houve nos imediatamente anteriores — qualquer subvenção para o custeio desses serviços e não é de esperar, tão pouco, que entre proximamente em funcionamento o dispositivo da Lei n.

4.156, de 28.11.62, que dá à ELETROBRAS recursos para subvenções às empresas de maior custo de produção.

Mesmo dentro do panorama já delineado, a Força e Luz do Pará S.A. pretende prosseguir na execução de suas obras de ampliação, mediante a instalação de mais 50.000 KW e a extensão de linhas de transmissão e distribuição em convênio com a CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) para Icoaraci e Mosqueiro e Região Bragantina, até Castanhal.

Não nos falta disposição para enfrentar tão árdua tarefa mas carecemos de apoio de todos os responsáveis pela coisa pública do Estado e no País e de recursos financeiros, para cuja obtenção tudo faremos, lembrando, desde logo, como fórmulas viáveis, a subscrição de parte do capital autorizado, pelo Governo do Estado, através da Centrais Elétricas do Pará S.A. — (CELPA) e pela ELETROBRAS. A primeira conta com recursos provenientes do Fundo Estadual de Eletrificação e a segunda, com o Fundo Federal de Eletrificação.

Somos os primeiros a proclamar a necessidade de um programa de eletrificação para o interior, mas alertamos a quem de direito que os serviços de energia elétrica carecem de urgente expansão, que não pode ficar a mercê dos recursos financeiros oriundos da renda da FORÇA E LUZ DO PARÁ S.A.

1 — INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

1.1—USINA — No decorrer de 1962, tivemos necessidade de executar vários serviços, todos de apreciável vulto, em nossa Usina Termo-Elétrica. Foi reparada a tomada d'água com o aumento da casa de bombas, a fim de permitir u'a maior flexibilidade do equipamento. As unidades ns. "1" e "2" sofreram uma revisão geral, procedida sob a direção de um técnico da Westinghouse Electric International Company. Essas medidas, aliadas aos reparos efetuados pelo nosso pessoal, permitiu um melhor rendimento das máquinas, reduzindo o consumo específico de combustível. Nesses serviços da Usina dispendemos cerca de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00).

1.2—TRANSMISSÃO — De acordo com os planos previamente traçadas foram concluídas as obras da linha de transmissão n. 4, cujo ponto terminal serve à sub-estação da Companhia Paraense de Latex (COPALA), com 3.000 KVA iniciado. Os trabalhos da linha n. 3 estão também bastante adiantados, com todos os postes levantados e equipados, faltando apenas o lançamento das linhas.

No serviço de transmissão, durante o exercício de 1962, foram levantados e equipados 350 postes de concreto, sendo gastos 23,5 toneladas de condutores de cobre, além de 10.000 metros de cabo condutor ACBR-266.800 CM. É de se ressaltar que todos os trabalhos de construção das duas novas linhas foram efetuados exclusivamente por pessoal da Empresa.

1.3—REDE — Foram construídos em 1962 cerca de 20.000 metros de rede de Alta Tensão, dos quais 50% corresponde a atendimento de serviços especiais, como o de Rotas Aéreas e o da estrada Belém-Bragança, até o Km. 3,5. Pequenos trechos foram intercalados em alguns bairros da cidade, inclusive no centro comercial, a fim de possibilitar a instalação de novos transformadores, para atender à crescente demanda de energia nesse último setor.

Em Baixa Tensão, foram construídos cerca de 54Km de rede, principalmente nos bairros do Marco e Pedreira.

Foram substituídos 3,5 Km de linha de transmissão para possibilitar o emprego de condutores de maior bitola.

Instalaram-se 50 transformadores, com um total de 3.120 KVA, sendo ainda ligados 1.675 KVA de sub-es-

tações particulares, além da sub-estação da COPALA, esta última, recebendo energia através da nova linha de transmissão de 34.500 volts. Assim, durante o exercício, foram intercalados à rede mais 5.800 KVA.

Nos anos anteriores, havíamos instalado: 69 transformadores, em 1961, com 4.567, KVA; 91, em 1960, com 5.347 KVA e em 1959, 92 transformadores com 3.900 KVA.

Na rede de distribuição foram gastos cerca de 66 toneladas de condutores de cobre e apurados 1.380 postes.

1.4—SERVIÇO DE CONSUMIDORES — Para atendermos aos pedidos feitos, efetuamos em 1962 os seguintes, que comparamos com os anteriores:

	1962	1961	1960	1959
Vistorias	8.514	10.100	9.100	8.497
Entradas e/ou complementações	7.274	10.950	7.250	6.593
Ramais construídos ..	8.091			
Reclamações atendidas	8.128			
Lâmpadas de iluminação pública substituídas	6.916			
Orçamentos elaborados	546	660	480	249

1.5—ILUMINAÇÃO PÚBLICA — Procedemos à substituição da iluminação da Av. Presidente Vargas, introduzindo, em nosso Estado, o uso de lâmpadas de vapor de mercúrio, com apreciável êxito. Encomendamos, também, o material indispensável à iluminação da Av. Almirante Barroso, antiga Tito Franco, onde igualmente serão usadas lâmpadas de vapor de mercúrio. Continuamos a lamentar que a Prefeitura Municipal de Belém, não podendo pagar suas contas de iluminação pública, cujo valor atinge já Cr\$ 43.982.749,60, impossibilite-nos de levar avante um melhor plano nesse setor, face a carência de recursos financeiros. Apesar disso, instalamos, em 1962, 55 aparelhos de iluminação cobrindo 3.300 metros de ruas.

1.6—MEDIDORES — Dificuldades financeiras e outras peculiares ao comércio de importação, impossibilitaram-nos, durante o ano, de receber regularmente medidores de energia que há algum tempo vimos importando da Suíça. Somente no fim do exercício, pudemos fazer a remessa do câmbio relativo a uma pequena parte de nossas encomendas anteriores. Esperamos reiniciar em breve o recebimento e a instalação em série desses aparelhos, cuja falta dá causa a sérios prejuízos à Empresa.

Em 1962, foram instalados apenas 5.688 medidores contra 8.630 em 1961.

1.7—VEÍCULOS — A necessidade sempre crescente dos serviços, levou-nos a adquirir, em 1962, seis (6) unidades, sendo quatro (4) caçambas FOR-F-100, com cabine dupla; um (1) caminhão F-600 e um (1) Jeep, que substituíram quatro (4) unidades retiradas do serviço e vendidas em concorrência pública. A alta vertiginosa dos preços não nos tem permitido manter a reforma da nossa frota, no ritmo que seria de desejar. Daí os serviços que vimos fazendo em nossas oficinas para manter em funcionamento as unidades antigas.

2 — ENERGIA

2.1—PRODUÇÃO — A produção de energia em 1962 foi de 97.057.000 KWH, aumentando 7,2% sobre a de 1961, quando fôra de 90.482.000 KWH. Esse aumento foi o menor verificado desde o início das atividades da Empresa, pois, em 1958 aumentara 30,8% sobre 1957; em 1959, 30,7% sobre 1958; em 1960, 10,5% sobre 1959 e em 1961, 16% sobre 1960. De 1957 até 1962 a produção foi, respectivamente, por ano: 41.243.000 KWH, 53.949.00 KWH, 70.496.000 KWH, 77.931.000 KWH, 90.482.000 KWH e 97.057.000 KWH.

A ponta de carga manteve o seu ritmo crescente, atingindo a 22.500 KW, em 1962, contra 20.000 em 1961, 18.300 KW em 1960, 15.000 KW em 1959, 13.000 KW em 1958 e 11.000 KW em 1957. O aumento total da ponta de carga de 1957 para 1962 foi de 11.500 KW, portanto o dobro da carga máxima verificada no primeiro ano de integral funcionamento da Usina.

O fator de carga, entretanto, decresceu em 1962 com relação a 1961, pois neste exercício atingiu apenas a 49,24%, enquanto fôra de 51,64% no ano anterior.

Os reparos efetuados nas unidades "1" e "2" permitiram uma redução no consumo específico de óleo, que passou de 0,398 Kg em 1961 por KWH, para 0,388 Kg por KWH em 1962. Mesmo assim, o consumo específico está ainda superior aos dos exercícios de 1957 a 1959.

Em 1962, foram queimadas 37.711 toneladas de óleo, ou seja, uma média de 105 ton. diárias, que ao preço atual corresponde a uma despesa diária de Cr\$ 1.872.045,00.

Nos anos anteriores, o consumo de óleo somou: 35.996 ton. em 1961; 30.530 ton. em 1960; 27.713, em 1959; 20.607, em 1958 e 15.167 ton., em 1957.

Os aumentos percentuais de consumo do "fuel-oil" a partir de 1957 foram pois de 35,8%; 80,6%; 101,2% e 137,3%. Enquanto isso, o custo do combustível gasto pela Empresa na Usina de Miramar representou os seguintes volumes em milhões de cruzeiros 31.160M; 49.267M; 97.421M; 117.394M; 275.851M e 374.052M, crescendo, percentualmente, na seguinte razão, a partir de 1957: 58,1%; 212,6%; 277%; 785,2% e 1.100,4%.

O custo total da produção de energia foi, a partir de 1957, em milhares de cruzeiros: 41.782, 57.301, .. 109.214, 142.587, 305.920 e 419.585, em 1962.

Registraram-se os seguintes aumentos percentuais no custo total da produção de energia, tomando-se por base o exercício anterior: 37,1% em 1958; 90,6% em 1959; 30,5% em 1960; 14,5% em 1961 e 34,1% em 1962.

2.2—DISTRIBUIÇÃO — A energia total distribuída foi de 88.916.000 KWH, dos quais 7.648.000 KWH ou 8,6% pela rede que alimenta a Rodovia SNAPP e o restante pela rede nova.

2.3—CONSUMIDORES — Continuou crescendo em 1962 o número de consumidores, numa demonstração de que a Empresa está procurando atingir cada vez mais suas finalidades.

Recebendo de seus antecessores o serviço de energia de Belém com menos de 20.000 consumidores, a Forluz tinha, em 31.12.62, 50.851 consumidores, verificando-se, pois, um aumento de mais de 154%, a partir do início de sua operação.

A evolução do número de consumidores foi a seguinte, de ano para ano, a partir de 1958: 28.250, 32.500, 37.600, 44.300, e 50.851. Os índices de crescimento foram: 15% de 1959 para 1958; 15,7% de 1960 para 1959; 11,7% de 1961 para 1960 e 13,7% de 1962 para 1961. Observe-se que o aumento prognosticado para este exercício verificou-se mesmo sem serem absorvidos pela Empresa os serviços de distribuição de Icoaraci.

3 — RESULTADO

3.1—RECEITA — Como consta da demonstração da conta de Lucros e Perdas, a Receita da Empresa foi de Cr\$ 833.316.221,50, aumentando pois em 81,5% sobre a do ano anterior. Dessa renda Cr\$ 746.763.641,10, ou 89,62%, foram de faturamento de energia; Cr\$ 69.990.969,20 ou 8,39%, de receitas diversas, como "serviços de entrada", ligações, construções de ramais e etc., e Cr\$ 16.561.561,20, ou 1,99%, de receita estranha à exploração, como venda de sucatas, juros ban-

cários, descontos especiais e etc. A Receita total aumentou pois em 81,5% sobre o exercício anterior, fato devido, principalmente, ao aumento de preço de energia, já que em KWH, o aumento de 1962 sobre 1961 foi de apenas 8% — 70.993.200 KWH contra 65.678.600 KWH. A receita arrecadada teria sido suficiente para cobrir todas as despesas da empresa, não fôsse a diferença de câmbio verificada na liquidação dos compromissos oriundos da aquisição das 3.^a e 4.^a unidades, fato que analisaremos em outro trecho deste Relatório.

3.2—DESPESA — A Despesa do exercício foi de Cr\$ 822.650.390,60, dos quais Cr\$ 121.981,00 ou 14,83%, correspondem a uma parte da diferença de câmbio paga nas prestações da Westinghouse, vencidas durante o ano (variação de câmbio de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 260,00 por dólar); Cr\$ 75.042.100,40 ou 9,1%, relativos à quota de depreciação; Cr\$ 49.616.042,10 ou .. 6,03%, referentes a juros dos empréstimos pagos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e outras operações de empréstimos a curto prazo e os restantes Cr\$ 576.011.248,10 ou 70,01% atinentes às despesas com o funcionamento normal dos serviços: produção, distribuição, serviços de consumidores, cobrança e administração.

O combustível representou 60% das despesas com o funcionamento normal e 50% da despesa total, nesta não incluída a quota de depreciação. No exercício passado representara, respectivamente, 63% e 60%. A menor incidência percentual do combustível nas despesas deve-se ao crescimento dos gastos com juros e ao dispêndio com diferença de câmbio, este inexistente nos exercícios anteriores.

3.3—O LUCRO — A demonstração da conta de Lucros e Perdas apresenta, no exercício, um saldo positivo de Cr\$ 10.132.539,40, ou seja, cerca de 3,5% do capital próprio investido. Mesmo esse insignificante resultado deve ser analisado com reserva, face ao problema da diferença de câmbio a que nos referimos com frequência neste Relatório. A tarifa foi fixada para o custo do dólar a Cr\$ 260,00, contendo, portanto, elementos para suportar a despesa de Cr\$ 160,00 por dólar que pagaremos à Westinghouse (diferença entre Cr\$ 100,00 — câmbio a que se escriturou empréstimos, e Cr\$ 260,00). Sendo os dólares adquiridos sempre a valores superiores a Cr\$ 260,00 e, na sua maior parte, a Cr\$ 475,00, houve necessariamente apreciável soma paga, sem compensação na tarifa. Essa soma correspondeu em 1962 a Cr\$ 230.475.585,70, em que se incluem Imposto de Renda e adicionais pagos também quando se fazem remessas à Westinghouse. Não estando tais gastos incluídos na estrutura das tarifas vigentes em 1962, preferimos não os considerar para apuração do resultado, lançando-os à conta de Ajustamento de Bens, para posterior exame e decisão.

Pretendemos submeter o assunto à Divisão de Águas para que, examinando-o, autorize, se fôr o caso, a cobrança de um adicional ao custo de energia, nos exercícios seguintes, a fim de amortizar em dois ou mais anos a diferença apurada em 1962.

3.4—COMPROMISSOS — No decorrer de 1962, venceram-se as primeiras prestações devidas à Westinghouse, pela compra das unidades 3 e 4. A essa Empresa foram pagos US\$765.044,27, restando a pagar US\$1.978.684,21, dos quais US\$741.473,09 vencem em 1963.

Ocorreram, também, em 1962, os vencimentos das primeiras amortizações devidas ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Além de uma parcela que se acha em atraso para com o mencionado Banco, vencer-se-ão em 1963 amortizações no valor de

Cr\$ 31.290.000,00, aos quais devem ser somados juros da ordem de cerca de quarenta milhões (Cr\$ 40.000.000,00).

Outro vultoso compromisso financeiro para 1963 será o resgate das promissórias emitidas a favor do Banco do Brasil S.A. em garantia do financiamento parcial do câmbio adquirido para pagamento à Westinghouse. Tais promissórias representam cerca de quarenta e sete milhões e duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 47.200.000,00), como historiamos em outro tópico deste Relatório.

Os compromissos acima enumerados totalizam cerca de quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 450.000.000,00), sendo certo que a Empresa não poderá dispôr de recursos próprios para arcar com todos eles, pois deverá ainda atender a outros pagamentos menores, além de prosseguir nas aquisições indispensáveis à manutenção e andamento dos serviços.

Impõe-se, por isso mesmo, um acurado estudo para a entrada de recursos que, a nosso ver, só poderá ser através da subscrição do capital autorizado pela Assembleia Geral. Os empréstimos a curto prazo constituirão gravames sérios à economia da Empresa e os a longo prazo devem ser reservados para atender ao programa de expansão.

4 — EXPANSÃO

4.1—DA PRODUÇÃO — Cumprindo resolução da Assembleia Geral de 12-2-62, assinamos contrato com a Westinghouse Electric International Company, para aquisição de uma nova Usina, constituída de duas unidades de 17.500 KW cada. Posteriormente, melhor examinando o assunto, optamos pela aquisição de duas unidades de 25.000 KW. A variação de preço, no caso, não é tão apreciável quanto o aumento de capacidade da Usina e a melhoria de rendimento do sistema. Oferece-nos ainda a possibilidade de ampliar a distribuição de energia a algumas localidades vizinhas de Belém.

Infelizmente, ainda não temos notícias do início de fabricação desse equipamento, pois o fornecedor americano aguarda a prestação do aval, que desde muito vem sendo negociado junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e ao Ministério da Fazenda.

Alarma-nos o retardamento do assunto, pelo que de graves repercussões pode trazer. Se pelo menos uma das novas unidades não entrar em funcionamento em 1964, é quase certo que seremos forçados a efetuar racionamento de energia para alguns setores de atividades ou em certas horas do dia.

Uma completa reformulação do problema da nova Usina e de sua implicação na transmissão e distribuição de energia está sendo estudada por firmas especializadas no Sul do País.

4.2—DA TRANSMISSÃO — Esperamos, no decorrer de 1963, concluirmos serviços de linha de transmissão n. 3, cujo posteamento está feito, faltando a extensão das linhas. Se houverem recursos suficientes, poderão também ser iniciados os trabalhos de uma nova linha de transmissão, que tenderá ligar Belém a Castanhal, servindo aos pontos intermediários, inclusive Icoaraci, Marituba, Benevides, João Coêlho e Castanhal com um ramal, provavelmente, de Benevides para Mosqueiro.

Esses serviços poderão ser executados desde logo embora seja certo que o fornecimento até Castanhal só poderá ocorrer depois da ampliação da Usina. As obras deverão ser executadas em regime de acôrdo, em estudo, entre a Força e Luz do Pará S. A., Centrais Elétricas do Pará S. A. e Comissão Estadual de Energia Elétrica.

4.3—DA DISTRIBUIÇÃO — Independentemente do prosse-

guimento em ritmo normal do serviço de expansão das linhas de distribuição da Empresa, a fim de cobrir toda a área de Belém, o aumento da capacidade da Usina e a construção das novas linhas de transmissão, deverão ser acompanhadas de um novo sistema de distribuição para atingir as localidades ao longo da Rodovia Belém-Castanhal. Absorvidos que sejam os serviços de Icoaraci, impõe-se, também, ali, a construção de um sistema de distribuição adaptado aos nossos padrões.

Deverão ser concluídas no decurso de 1963 as duas novas Subestações, cujas obras por sinal se acham atrasadas por fatores fora do nosso controle. Dessas subestações, a primeira está com suas obras em desenvolvimento, enquanto a segunda depende ainda da obtenção do terreno apropriado.

As duas novas Subestações serão automáticas e darão um acréscimo do sistema de 2 x 9375 KVA em capacidade de distribuição. Incluem, ainda, 10 novos alimentadores, os quais, acrescidos aos atuais (7) darão um total de 17. Desta forma cada alimentador suprirá de energia uma área menor da cidade. Consequentemente, qualquer defeito num alimentador implicará em desligamento de zona menor, reduzindo assim a privação de energia aos consumidores, em casos de emergência. O serviço será, portanto, sensivelmente melhorado no que diz respeito à continuidade e qualidade de fornecimento de energia à cidade.

4.4—FINANCIAMENTO — No decorrer de 1962 recebemos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) \$100 milhões, correspondentes a duas parcelas do segundo contrato assinado com aquele Banco, no valor de \$142 milhões. Nosso débito para com o estabelecimento elevou-se assim, a \$452 milhões, cuja amortização se iniciou, também, em 1962.

No exercício, foram pagos ou creditados ao BNDE como juros e comissões Cr\$ 45.500.000,00.

Para atender ao vasto plano de desenvolvimento de energia, é provável que a Fôrça e Luz do Pará S. A. tenha de recorrer ao BNDE, para obtenção de novo financiamento. Tudo depende entretanto do plano integrado a ser levado a efeito no setor de energia, de comum acordo entre a FORLUZ, CELPA e CEE.

É-nos grato ressaltar a carinhosa assistência que sempre nos dispensou o BNDE, através de seu pessoal quer de direção, quer técnico. O auxílio desse pessoal e as referências sempre feitas à nossa Empresa são constantes estímulos ao nosso trabalho.

A fim de poder satisfazer aos compromissos assumidos com a Westinghouse Electric International Company e em face da alteração da política cambial, o Banco do Brasil S. A., autorizado pelo Governo, passou a financiar em moeda nacional parte do câmbio que deveríamos adquirir. Esses financiamentos, feitos a curto prazo os primeiros, e até 12 meses os últimos, constituíram um desfôgo financeiro para a Empresa e foram possíveis graças à cooperação do Banco de Crédito da Amazônia S. A., que avalizou promissórias emitidas a favor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Os financiamentos feitos pelo Banco do Brasil atingiram em 1962, Cr\$ 139.724.559,20 dos quais já pagamos Cr\$ 42.056.930,80.

Para esses financiamentos pagamos ou creditamos juros e comissões, inclusive as do aval, no valor de Cr\$ 13.149.218,00.

Verifica-se, assim, que a Fôrça e Luz pagou ou creditou juros no exercício de 1962 no total de cerca de Cr\$ 57.600.000,00.

5 — EMPREGADOS

5.1—ASSISTÊNCIA — Continuamos a prestar, dentro de nossas possibilidades, a indispensável assistência aos nos-

sos auxiliares. O serviço médico é executado por dois profissionais, estando em vias de ampliação, com a instalação de um ambulatório médico-dentário.

Mantivemos em vigor, além do seguro obrigatório de Acidente de Trabalho, as apólices custeadas pela Empresa, de Acidente Pessoal e de Vida, para todos os empregados. O seguro de vida mínimo foi elevado para Cr\$ 200.000,00. Durante o exercício, tivemos a lamentar a morte de dois empregados, cujas indenizações atingiram o valor total de Cr\$ 350.000,00.

5.2—RESTAURANTE — Continuaram em regular funcionamento os restaurantes da Usina e do Escritório, ambos financeiramente assistidos pela Empresa, de forma a permitir o barateamento das refeições.

5.3—ESCOLA — A Escolinha "Magalhães Barata" funcionou regularmente durante o exercício, com u'a matrícula de 309 alunos.

O próximo período assinalará o funcionamento de mais uma série, a 5.ª, o que confirma o real aproveitamento dos escolares e o grau de conceito que a Escolinha já desfruta junto à Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Um curso de alfabetização de adultos foi, também, mantido em 1962 para atender aos nossos operários.

5.4—NÚMERO DE EMPREGADOS E SALÁRIOS — Em 31-12-62, a Empresa contava com 445 empregados, contra 516 existentes em 1961. A redução deve-se a dispensa dos eventuais, contratados para construção de linha de transmissão.

Atendendo ao notório aumento do custo de vida, a Empresa concedeu em junho uma melhoria geral de salários, na base de 20%, para todos os empregados. Um outro reajustamento salarial forçosamente será feito, em face da decretação dos novos níveis de salário mínimo, a entrar em vigor a partir de janeiro próximo. A percentagem nos gastos com pessoal sobre as despesas totais da Empresa, foi, em 1962 de 15,8% contra 16,54% em 1961. Esses gastos de pessoal representam 15,3% na Receita. Nos exercícios anteriores representavam, respectivamente, 16,57% em 1961; 18,40% em 1960, e 18,15% em 1959. Significa o fato que as despesas com pessoal estão influenciando cada vez menos nos gastos gerais da Empresa e que consomem cada vez menor parcela de receita.

5.5—PREPARO TÉCNICOS — Depois de alguns entendimentos com a Cooperação Francesa, cuja sede se acha instalada em Belo Horizonte, conseguimos a vinda a Belém do Sr. Siegrified Kalinowski, seu representante, o qual se prontificou a estudar junto às autoridades francesas a instalação em Belém de um Centro de Preparação de Pessoal de Nível Médio, a exemplo do que ocorre em Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e poucas outras cidades do país.

Para manutenção desse Centro em Belém, contamos com a colaboração, já manifestada, principalmente da SPVEA e da Universidade do Pará. O referido Centro poderá servir não somente aos atuais e futuros empregados da FORLUZ mas também a toda a região Amazônica.

6 — GERAIS

6.1—AUMENTO DE CAPITAL — De acordo com o preconizado no Relatório anterior, a Diretoria convocou a Assembleia Geral da Empresa para autorizar um aumento de capital, o que foi feito em 5-11-62. O capital autorizado foi de Cr\$ 1.500.000.000,00 (Um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) com o prazo de 12 meses para sua integralização. A integralização desse capital será uma das poucas fórmulas capazes de resolver financeiramente a situação da Empresa, permitindo-lhe a execução normal do seu objetivo, sem as fontes de gravames de juros com que agora está arcando.

6.2—COOPERAÇÃO — Continuamos a ser prestigiados pela

cooperação inestimável de SS. Excias. os Srs. Aurélio Corrêa do Carmo e Luiz Geolás de Moura Carvalho, respectivamente, Governador do Estado e Prefeito Municipal de Belém. Do Banco de Crédito da Amazônia S. A., recebemos atenciosa acolhida aos nossos pedidos de prestação de aval, ressaltando-se sem demérito para os demais, as atenções do Presidente Raimundo Figueira e dos Diretores Eliezer França Ramos Filho e Rubens Ohana.

Destacamos a especial colaboração e atenção devotada à Empresa pelo Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, quer como Presidente da Assembléia Geral, quer particularmente, prestando-nos inestimável auxílio, mormente no caso da assinatura do Contrato com a Westinghouse. No Banco do Estado do Pará S. A., que S.S. preside, dispensou-nos também apreciável colaboração, ao lado de seus companheiros de Diretoria, Srs. Francisco de Paula Valente Pinheiro e Joel Guedes de Oliveira.

6.3—LUTO — Deploramos o falecimento do jornalista Frederico Barata, que apesar de ser apenas suplente do Conselho Fiscal, desta Empresa, se constituiu, desde a fundação, num dos seus mais fortes alicerces. Como jornalista e homem de responsabilidade nesta terra, Frederico Barata colocou-se com devotamento e carinho a serviço da Força e Luz do Pará S. A. Seu falecimento, não só para a Empresa como para o Estado, foi irreparável perda, que registramos como sentida homenagem à sua memória.

Lamentamos também o falecimento do Sr. Pedro de Castro Alvares, presidente da Federação do Comércio no Pará, e um dos batalhadores, a quando da fundação da Força e Luz, de cuja Diretoria foi suplente por vários exercícios.

6.4—TERRENOS — A fim de construir uma das novas Sub-Estações, tivemos necessidade de adquirir alguns terrenos, o primeiro deles na Av. José Bonifácio, o qual, entretanto, não foi utilizado, por motivo de ordem técnica e econômica, uma vez que o maior consumidor nessa área — que seria a COPALA — concordou, posteriormente, em receber a energia diretamente do sistema de transmissão de 34,5 KV. O outro terreno foi adquirido no bairro da Pedriera. Constituído de dois lotes, num dos quais tivemos necessidade de indenizar benfeitoria de terceiros, o assunto foi solucionado amigavelmente com a aquisição de um outro imóvel para a proprietária da benfeitoria. Nêsse terreno já foram executadas as obras de construção civil da nova sub-estação.

6.5—CELPA — Registramos com satisfação a instalação da "CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. A. — CELPA", fato auspicioso, ocorrido em 22 de novembro, e que vem abrir novas perspectivas para o desenvolvimento dos

Eng. Leão Schulman — Diretor Presidente
Cândido Marinho da Rocha — Diretor-Comercial
Eng. Hugo Augusto Barbosa Canelas—Dir.-Industrial

programas de energia em todo o Estado do Pará.
Belém-Pará, 31 de dezembro de 1962.

FORÇA E LUZ DO PARÁ S. A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

ATIVO

2 IMOBILIZADO

20 BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇOS

20.2 INSTALAÇÕES PARA PRODUÇÃO - MOT. A VAPOR

20.2.0	Terrenos e Servidões		
	Valôr do terreno aonde foi edificada e instalada a Usina	150.000,0	
20.2.1	Estruturas e Outras Benfeitorias		
	Custo das Edificações da Usina	81.622.249,6	
20.2.2	Equipamentos e Caldeiras		
	Idem das instalações p/produção de vapor	197.222.344,6	
20.2.3	Motôres Primários e Geradores		
	Idem, idem dos mesmos	11.150.957,9	
20.2.4	Unidade de Turbos Geradores		
	Idem, idem de 4 de 7.500 cada	240.600.199,5	
20.2.5	Equipamento Elétrico Acessório		
	Idem, idem da Substação Elevadora	30.994.453,4	
20.2.6	Diversos Equipamentos da Usina		
	Idem, idem da tomada d'água, tanques, oleoduto, etc.	13.126.976,0	580.952.186,0

20.4 INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO

20.4.0	Terrenos e Servidões		
	Custo de uma faixa de terra para passagem da linha de transmissão	214.477,5	
20.4.1	Abertura de Faixa e Servidões Temporárias		
	Dispêndio c/a do terreno da linha de transmissão	1.303.914,6	
20.4.4	Tôrres e Acessórios		
	Custo, material e mão de obra dos instalados ..	3.290.444,7	
20.4.5	Postes e Acessórios		
	Idem, idem	25.013.379,3	
20.4.6	Condutôres Aéreos e Acessórios		
	Idem, idem	12.639.576,7	42.661.792,8

20.5 INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

20.5.1	Estruturas e Outras Benfeitorias		
	Custo da edificação e construção da Substação abaixadora	1.873.467,3	
20.5.2	Equipamento da Estação Distribuidora		
	Custo e montagem da distribuidora	12.661.432,7	
20.5.4	Postos, Tôrres e Acessórios		
	Custo, material e mão de obra dos instalados ..	103.378.533,4	

20.5.5	Condutôres Aéreos e Disp. Acessórios	122.484.527,8		
	Idem, idem			
20.5.6	Conduitos Subterrâneos	458.422,7		
	Idem, idem			
20.5.7	Condutôres Subterrâneos e Acessórios	4.318.374,4		
	Idem, idem			
20.5.8	Transformadores de Linha	48.491.980,5	203.666.789,3	
	Idem, idem			
20.6	INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO — CONSUMIDORES			
20.6.0	Derivação para ligação de Consumidores	21.463.214,8		
	Construída material empregado			
20.6.1	Medidores	71.976.893,2		
	Valor dos empregados até a data			
20.6.2	Instalação dentro da Propriedade de Consumidores	2.711.009,0		
	Construída material empregado			
20.6.4	Réde de Ilum. Pública e Sinalização	847.240,5	97.000.257,5	
	Idem, idem			
20.7	INSTALAÇÕES EM GERAL			
20.7.1	Estruturas e Outras Benfeitorias			
	Valor do terreno e instalações à Av. Independência, 73	20.044.600,0		
20.7.2	Mobiliário e Equipamento do Escritório	6.228.534,2		
	Valor dos adquiridos até a data			
20.7.3	Equipamento de Transporte	21.099.089,1		
	Idem, idem			
20.7.4	Equipamento dos Almoxarifados	966.455,0		
	Idem, idem			
20.7.5	Equipamentos das Oficinas	1.259.684,0		
	Idem, idem			
20.7.6	Equipamento de Laboratório	274.124,0		
	Idem, idem			
20.7.7	Equipamento de Comunicações	1.038.498,8		
	Idem, idem			
20.7.8	Ferramenta e Equipamento do Serviço	2.932.664,3		
	Idem, idem			
20.7.9	Equipamentos Diversos	731.445,2	55.475.089,6	
	Idem, idem			
21	OUTROS BENS E INSTALAÇÕES			
21.1	Escritório do Rio de Janeiro		5.000,0	
	Móveis adquiridos até a data			
25	BENS E INSTALAÇÕES PARA USO FUTURO			
25.0	Terrenos		671.669,5	
	Valor adquirido para as instalações da Empresa			
28	OUTRAS PROPRIEDADES			
28.0	Diversas	356.009,6		
	Adquiridas até a data			
28.1	Escola Magalhães Barata	656.002,3		
	Dispêndio com a construção			
28.2	Cantina da Forluz	164.307,5		
	Idem, idem			
28.3	Conjunto Residencial	7.270.306,9		
	Idem, idem			
28.4	Quadra de Esporte	153.946,5	8.600.572,8	1.079.033.457,5
	Dispêndio com a construção			
4	DISPONÍVEL			
40	CAIXA			
40.0	Caixa Geral		2.556.946,8	
	Dinheiro em cofre			
41	Bancos		27.491.101,2	30.048.048,0
	Saldo em Bancos locais			
6	REALIZÁVEL			
60	CONTAS A RECEBER			
60.10	Exercício Corrente — Prest. de Ligações			
	Débito dos consumidores que pediram ligação para pagamento parcelado	10.577.204,9		
60.11	Exercício Corrente — Consumidores	148.481.014,3		
	Débito de consumo de energia			
60.12	Exercício Corrente — Orçamentos	6.800.774,2		
	Débito dos executados n/exercício			
60.3	Prefeitura Municipal de Belém	42.982.749,6	204.842.348,6	
	Débito em Conta Corrente			
61	OBRIGAÇÕES E EMPRÉSTIMOS A RECEBER			
61.0	Geral			
	Débito de diversos	8.557.250,1		
61.4	Adiantamentos a Empregados			
	Débito atual	1.452.451,7		

61.5	Adiantamentos para Férias			
	Idem, idem	425.822,9		
61.6	Abono Quinzenal a Empregados			
	Idem, idem	106.150,1	10.541.674,8	
62	DEVEDORES DIVERSOS			
63.3	Outros Ativos Correntes			
	Débito atual		8.981.414,8	
64	DEPÓSITOS ESPECIAIS OU CAUÇÕES			
64.1	Depósitos em Garantia de Diversos			
	Garantia de devolução ou consumo	95.000,0		
64.3	Depósitos para Fianças			
	Em Bancos vinculados à fiança prest.	105.925,3		
64.5	Depósito em Garantia pag. 3a. Unidade			
	A Westinghouse Electric International Compa- ny no total de us\$ 204.243.48 ao câmbio de cr\$ 134.83	28.238.548,5		
64.6	Depósito em Garantia pag. 4a. Unidade			
	A Westinghouse Electric International Compa- ny no total de us\$ 186.666.67 ao câmbio de cr\$ 187.46	34.981.174,0		
64.7	Depósito em Garantia do pag. Substação 2			
	A Westinghouse Electric International Compa- ny no total de us\$ 60.580.00 ao câmbio de cr\$ 186,00	11.267.880,0	74.688.527,8	
65	ALMOXARIFADO			
65.0	Material em Depósito			
	Estoque para construção da rede	107.439.734,9		
65.2	Material para Outros Fins			
	Saldo de materiais para construção civil	1.236.460,2		
65.5	Material de Expediente			
	Estoque na papelaria	4.473.107,7		
65.8	Montagem da 4a. Unidade			
	Saldo de material da montagem	732.022,2		
65.10	Material em Trânsito — Import. do País			
	Por recolher ao Almoхарifado	48.569,2	113.929.894,2	
68	TÍTULOS DE RENDA			
68.0	Adicional da Lei 1474			
	Subscrição compulsório	6.126.213,6		
68.1	Contribuições à Petrobrás			
	Referente a veículos da Empresa	9.600,0		
68.2	Cia. Catarinense de Seguros			
	Custo de 50 ações nominativas	5.000,0		
68.3	Banco do Estado do Pará S.A.			
	Idem de 200 ações	200.000,0		
68.4	Empréstimo Público de Emergência — Lei 4069/62			
	Valor recolhido neste exercício	980.600,0	7.321.413,6	420.305.268,2
50	PENDENTE			
50.0	SUSPENSO			
50.0.0	Pagamentos Antecipados a Fornecedores			
	Débito Atual	243.676,6		
50.0.4	Despesas c/a Aquisição da 5a. Unidade			
	Dispêndio até a data	732.309,0	975.985,6	
50.1	AJUSTES			
50.1.1	Ajustes de Bens e Instalações			
	Saldo que passa para outro exercício	108.821.862,1		
50.3	OUTROS DÉBITOS DIFERIDOS			
50.3.0	Créditos p/Import. de Materiais			
	Saldos de materiais a embarcar do país	15.302.657,4		
50.3.1	Créditos para embarque			
	Saldo a Westinghouse Electric International Company	207.575,9	15.510.233,3	125.308.081,0
52	OBRAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO			
52.0.2	Obras em Andamento — Edifício da Admin.			
	Dispêndio até a data	310.000,0		
52.7	Imóveis em Aquisição			
	Saldo que passa para outro exercício	119.905,0		
52.8	Serviços em Andamento — Subst. 2			
	Idem, idem	9.268.190,9		
52.8.0	Substação 2 — Construção Civil			
	Saldo que passa para outro exercício	3.396.579,3		
52.8.1	Substação 2 — Montagem			
	Idem, idem	259.752,8		

52.8.2	Subst. 2 — Despesas Diversas			
	Idem, idem	27.892,5		
52.8.3	Substação 2 — Equipamento			
	Saldo de material adquirido ...	55.426.095,0	68.378.510,5	
52.9	Equipamento Fábrica de Postes			
	Equipamento adquirido		232.773,6	69.041.189,1
				194.349.270,1
0	COMPENSAÇÃO			
0.0	Valôres Caucionados			
	Por Leão Schulman, Cândido Marinho da Rocha e Hugo Augusto Barbosa Canélas			150.000,0
0.4	Seguros			
	De bens da Sociedade			1.131.423.310,3
0.8	Fianças Prestadas			
	Por terceiros a favor da Sociedade			310.744.125,9
0.10	Empréstimo sob Convênio			
	Com a S.P.V.E.A.			107.395.100,0
0.12	Bens Hipotecados			
	Valor do contrato assinado com o B.N.D.E. ...			237.600.000,0
0.14	Contrato de Financiamento			
	Assinado com o B.N.D.E.			319.000.000,0
				2.406.312.536,2
				Cr\$ 3.830.048.540,0
	PASSIVO			
1	INEXIGÍVEL			
10	CAPITAL			
10.0	Ações Ordinárias			
	Valor de 537.291 ações	53.729.100,0		
10.1	Ações Preferenciais			
	Valor de 2.712.709 ações	271.270.900,0	325.000.000,0	
11	RESERVAS			
11.0	Reserva p/Depreciação das Instalações			
	Sobre as instalações existentes	164.678.843,6		
11.5	Reserva para contas Incobráveis			
	Para garantia de contas incobráveis	2.669.583,2		
11.8	Reserva para Previdência Social			
	Para aplicação específica da Conta	2.281.825,0		
11.9	Outras Reservas			
	Para atender ao pagamento de impostos pendentes de decisão do C.C.	21.490,3		
11.9.1	Fundo de Reserva Legal			
	De acordo com os Estatutos	533.291,5	170.185.033,6	495.185.033,6
3	EXIGÍVEL			
	— Curto Prazo —			
30	CONTAS A PAGAR			
30.0	Contas a Pagar-Geral			
	De diversos	4.514.003,0		
30.11	Faturas de Fornec. Locais a Pagar			
	De diversos fornecedores da praça	83.156.901,8	87.670.904,8	
31	OBRIGAÇÕES A PAGAR			
31.0	Duplicata			
	De diversos fornecedores do sul do país	10.293.931,8		
31.1	Promissória			
	A favor de diversos	146.668.528,3	156.962.460,1	
35	JUROS VENCIDOS			
35.0	B.N.D.E. Comissões, Taxas e Juros			
	Vencidos — C.122-12			
	Referente ao 2.º semestre deste exercício			9.537.442,1
37	OUTROS CRÉDITOS CORRENTES			
37.0	Obrigações Sociais			
	Crédito do IAPFESP e IAPETC a recolher ..	2.916.861,8		
37.1	Imposto Federal Arrecadado			
	Impsto Único a recolher	2.163.624,7		
37.2	Quota de Previdência			
	A recolher	130.075.024,7		
37.3	Salário e Ordenados			
	De funcionários a Pagar	63.785,3		
37.5	Consignações de Terceiros			
	De diversos empregados da Empresa	503.240,1		
37.7	Imposto de Renda			
	Descontado na fonte a recolher	14.330,2		
37.9	Outros Créditos			
	De diversos	36.703.054,7		
37.91	Abono Quinzenal a Pagar			
	De funcionários da Empresa	102.641,2	172.542.562,7	

— Longo Prazo —			
39 DIVERSAS DÍVIDAS A LONGO PRAZO			
39.4	Empréstimo Reversível Empréstimo sob convênio tomado à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	64.803.920,0	
39.5	Prestações do Equipamento a Pagar A Westinghouse Electric International Company referente aos equipamentos da 3a. Unidade num total de us\$ 979.510,46; da 4a. Unidade de us\$ 1.140.000,00 e das Subestações unitárias de us\$ 302.900,00	242.241.036,0	
39.6	Juros s/Equipamentos a Pagar Devidos à Westinghouse Electric International Company, referente às prestações dos equipamentos da 3a. Unidade us\$ 94.492,56; da 4a. Unidade us\$ 156.750,00 e Subestações us\$ 72.745,98	32.398.254,0	
39.7	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — C/Financiamento Referente aos contratos 168 e 206	452.000.000,0	791.443.810,0 1.218.157.179,7
9 RESULTADO			
90	LUCROS E PERDAS		
90.40	Resultado do exercício 1961		261.291,1
90.41	Saldo referente exercício de 1961		10.132.539,4
90.41	Resultado do exercício 1962 Lucro líquido deste exercício		
6	COMPENSAÇÃO		150.000,0
0.1	Cauções Da Diretoria		1.131.423.310,3
0.5	Valores Segurados Sobre bens e móveis da Sociedade		
0.9	Fiadores Créditos eventuais dos que prestaram fiança pela Sociedade		310.744.125,9
0.11	Convênio S.P.V.E.A. Assinado com essa entidade		107.395.100,0
0.13	Hipotécas de Bens Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico		237.600.000,0
0.15	Financiamento Contratado Com o Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico	319.000.000,0	2.106.312.536,2
			Cr\$ 3.830.048.580,0

Soma e confere o presente Balanço a importância de TRÊS BILHÕES OTOCENTOS E TRINTA MILHÕES QUARENTA E OITO MIL QUINHENTOS E OITENTA CRUZEIROS.
Pará, 31 de dezembro de 1962

EDMUNDO MOURA
Tec. em Contabilidade — CRC 081

FORÇA E LUZ DO PARÁ S.A.

(aa) **LEÃO SCHULMAN** — Diretor Presidente
CANDIDO MARINHO DA ROCHA — Dir. Comercial
HUGO AUGUSTO BARBOSA CANELAS — Diretor Industrial.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS NO EXERCÍCIO DE 1962

D É B I T O			
90 LUCROS E PERDAS			
90.01 DESPESAS DE EXPLORAÇÃO			
90.10	Despesas de Operação — Motores a Vapor	2.376.000,0	
80.10.00	Pessoal — Inspeção e Direção Técnica	22.551.773,0	
80.10.01	Mão de Obra da Usina	374.052.183,3	
80.10.10	Combustível	201.024,0	
80.10.12.0	Lubrificante	982.809,4	
80.10.12.1	Fornecimento à Usina	5.791.688,4	405.955.470,1
80.10.12.2	Despesas de Usina		
90.11	Despesas de Conservação — Motores a Vapor	7.992.638,8	
80.11.01	Pessoal — Manutenção da Usina	2.308.701,8	
80.11.10	Estruturas e Outras Benefeitorias	1.776.092,6	
80.11.11	Caldeiras e s/Equipamento	1.552.457,7	13.629.890,9
80.11.12	Equipamento de Geração e Elétrica		
80.41	Desp. de Transmissão — Conservação	19.486,6	
80.41.12	Mat. Serviços — Conserv. Rede Aérea	568.569,6	588.056,2
80.41.14	Mat. e Serviços — Conserv. Estr. e Caminhos		
80.50	Desp. de Distribuição — Operação	3.731.799,7	
80.50.00	Inspeção e Direção Técnica	3.857.667,8	
80.50.03	Pessoal — Estações ou Subestações	9.420.984,6	
80.50.05	Pessoal — Linhas	81.966,3	17.092.418,4
80.50.12	Mat. e Serv. — Estações e Subestações		

80.51	Desp. de Distribuição — Conservação	1.791.158,2		
80.51.00	Inspeção e Direção Técnica	55.735,7		
80.51.12	Equipamento de Acumuladores	6.331.426,2		
80.51.13	Mat. e Serviços — Rede Aérea	12.012,1		
80.51.14	Mat. e Serviços — Rede Subterrânea			
80.51.15	Mat. e Serviços — Transformadores de Linha e Dispositivos Acessórios	3.090.926,8	11.281.259,0	
80.52	Desp. de Distribuição — Diversos		2.593.302,0	
	Outras Despesas			
80.60	Desp. de Consum. e de Cobrança — Pessoal	1.333.585,6		
80.60.00	Administração	12.777.263,4		
80.60.10	Seção de Ligação — Contr. e Ped. de Ligação	4.500.170,2		
80.60.11	Seção de Ligação — Leitura de Medidores	7.548.947,1		
80.60.12	Seção de Ligação — Cobrança	3.988.714,8		
80.60.13	Seção de Ligação — Ramais	2.983.994,3		
80.60.15	Fiscalização Externa	4.497.672,8	37.630.348,2	
80.60.2	Contabilidade dos Cons. e Extr. de Contas			
80.61	Desp. de Consumo e de Cobr. — M. e Serviços	18.960.978,5		
80.61.00	Seção de Ligação — Contr. e Ped. de Lig.	3.750,0		
80.61.01	Seção de Ligação — Leitura de Medidores	943.398,3		
80.61.05	Seção de Ligação — Fiscalização Externa	4.482.020,4	24.390.147,2	
80.61.1	Contabilidade dos Cons. e Extr. de Contas			
80.62	Desp. de Consum. e de Cobrança — Diversos	7.009.776,0		
80.62.0	Aluguéis	1.687.958,4		
80.62.1	Contas Incobráveis	5.558.080,6	14.255.815,0	
80.62.2	Outras Despesas			
80.70	Administração em Geral — Pessoal	5.509.497,1		
80.70.0	Honorários e Despesas de Viagens	14.933.037,4	20.442.534,5	
80.70.1	Ordenados a Ch. de Serv. e Funcionários			
80.71	Administração em Geral — M. e Serviços	764.506,8		
80.71.0	Fornecimentos e Desp. do Bscr. Central	184.800,0		
80.71.2	Serviços Legais	1.092.896,8		
80.71.3	Conserv. de Propriedades em Geral	185.663,0	2.227.866,6	
80.71.32	Equipamento de Comunicações			
80.72	Administração em Geral — Diversos	3.117.572,0		
80.72.2	Seguros	9.489.777,6		
80.72.40	Previdência Social	1.663.982,5		
80.72.41	Outros Benefícios a Empregados	11.652.807,9	25.924.140,0	
80.72.5	Outras Despesas Gerais			
90.01.00	Diferença de Câmbio			
	Diferença de taxas no pagam. de prest. à Westinghouse		121.981.000,0	
90.21	DEDUÇÕES A RENDA			
81.0	Deduções de Renda — Desp. c/juros e Amort.	45.515.617,6		
81.0.0	Juros s/dividas a Longo Prazo	4.100.424,5	49.616.042,1	747.608.290,2
81.0.2	Outros Juros			
90.11	QUOTA PARA DEPRECIACÃO			75.042.100,4
11.0	Reserva para Depreciação das Instalações			533.291,5
11.9	Outras Reservas			
11.9.1	Fundo de Reserva Legal			
90.4	RESULTADO DO EXERCÍCIO			10.132.539,4
90.41	Resultado do Exercício de 1962			
	Lucro líquido apurado n/Exercício			Cr\$ 833.316.221,5

C R É D I T O

9 RESULTADO

90 LUCROS E PERDAS

90.00 RECEITA DE EXPLORAÇÃO

70.0	Residencial	299.497.590,3		
70.0.0	Residencial — Fornec. a Medidor	52.267.427,0	351.765.017,3	
70.0.1	Residencial — Fornec. a Taxa Fixa			
70.1	Comercial	176.189.294,9		
70.1.0	Comercial — Fornec. a Medidor	22.696.996,1	198.886.291,0	
70.1.1	Comercial — Fornec. a Taxa Fixa			
70.2	Industrial	89.556.319,8		
70.2.0	Industrial — Fornec. a Medidor	3.196.028,5	92.752.348,3	
70.2.1	Industrial — Fornec. a Taxa Fixa			
70.4	Podêres Públicos	72.238.010,7		
70.4.0	Podêres Públicos — Fornec. a Medidor	21.931.300,6		
70.4.1	Podêres Públicos — Fornec. a T. Fixa	9.190.723,2	103.360.034,5	
70.4.2	Podêres Públicos — Iluminação Pública			

79.9	Outras Receitas			
70.9.0	Aluguéis e Arrendamentos de Bens e Instalações elétricas	157.280,0		
70.9.9	Diversas Receitas	69.833.679,2	69.990.969,2	816.754.660,3
90.20	RECEITA ESTRANHA À EXPLORAÇÃO			
71.0	Receita Estranha à Exploração Patrimonial			16.561.561,2
71.0.6	Outras Receitas			
				Cr\$ 833.316.221,5

Pará, 31 de dezembro de 1962
FORÇA E LUZ DO PARÁ S. A.

EDMUNDO MOURA
 Tec. em Contabilidade — CRC 031

(aa) **LEAO SCHULMAN** — Diretor Presidente
CANDIDO MARINHO DA ROCHA — Dir. Comercial
HUGO AUGUSTO BARBOSA CANELAS — Diretor Industrial.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No desempenho das funções que nos foram atribuídas pela Lei e pelos Estatutos, comparecemos a sede da **FORÇA E LUZ DO PARÁ S.A.** e após metucioso exame da sua escrita e da documentação correspondente, pudemos constatar estar tudo feito rigorosamente de acordo com as exigências legais, e ser o resultado apresentado pelo seu Balanço a expresse da real situação da Empresa pelo que somos de parecer que as contas da sua Diretoria no Exercício de 1962, que examinamos, podem ser aprovadas sem restrições.

(aa) **Péricles Guedes de Oliveira**
Rodolfo Silva Santos Chermont
Nestor Freire Arnaud.

(Ext.—Dia 25-4-63)

FERREIRA D' OLIVEIRA **COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S/A**

Assembléia Geral Ordinária

Ficam convidados os acionistas de Ferreira d' Oliveira Comércio e Navegação S/A, a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, em sua sede social à rua Conselheiro João Alfredo n. 47/57, no dia 30 do corrente, às 16 horas, para os seguintes fins:

- Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração de Lucros e Perdas, referentes ao exercício de 1962;
- Eleição do Conselho Fiscal.
- O que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1963.

A DIRETORIA

(Ext. 24, 25 e 26/4/63)

PAN-BRASIL S/A, INCORPORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Assembléia Geral Ordinária

Pelo presente convocamos os senhores acionistas para a sessão de Assembléia Geral Ordinária, a ter lugar no próximo dia 29 de abril de 1963, às 9 horas em nossa sede social à avenida Nazaré 526 (antigo) com o fim especial de tratar os seguintes assuntos:

- Para apreciação da prestação de contas da Diretoria e Balanço de 1962.
- Eleição da nova diretoria.
- O que ocorrer.

Belém, 20 de abril de 1963.

(a) **David Salomão Mufarrej**
 Diretor — Superintendente.
 (Ext. Dias 24, 25 e 26/4/63)

FORÇA E LUZ DO PARÁ S/A **Assembléia Geral Ordinária** **CONVOCAÇÃO**

Na forma dos Estatutos desta Sociedade e da Lei das Sociedades Anônimas, convocamos os Srs. Acionistas da Força e Luz do Pará S/A em pleno gozo de seus direitos sociais para a reunião de Assembléia geral, ordinária realizar-se no próximo dia 30 de abril corrente, às 16,00 horas, no salão de reuniões da Importadora de Ferragens S/A, à avenida Presidente Vargas, nesta cidade, gentilmente cedido pela sua Diretoria.

Serão tratados os seguintes assuntos:

- Apreciar e deliberar sobre as contas e o Relatório da Diretoria, relativos ao exercício de 1962 e respectivo parecer do Conselho Fiscal;
- Elegar os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercício de 1963;
- Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 1963.

Belém,

A DIRETORIA

(Ext. dias 23, 24 e 25/4/63)

FORÇA E LUZ DO PARÁ S/A

Assembléia Geral Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Na forma dos Estatutos desta Sociedade e da Lei das Sociedades Anônimas, convocamos os Srs. Acionistas da Força e Luz do Pará S/A em pleno gozo de seus direitos sociais para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no próximo dia 30 de abril corrente, às 16,30 horas, no Salão de Reuniões da Importadora de Ferragens S/A, à avenida Presidente Vargas, nesta cidade, gentilmente cedido pela Diretoria.

A Assembléia terá como finalidade o seguinte:

- Alteração dos Estatutos Sociais;

Belém,

A DIRETORIA

(Ext. dias 23, 24 e 25/4/63)

EMPRESA TELEFÔNICA DE OBIDOS, S/A.

Assembléia Geral Ordinária

Convidam-se os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 28 de abril do corrente, às 10 horas, na sede desta sociedade, à rua Justo Chermont, s/n. Obidos, a fim de deliberarem sobre: —

- Relatório da Diretoria, Contas de Lucros e Perdas, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1962.

b) O que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1963.

José Cornelio dos Santos
 Presidente

(Ext. Dias 23, 24 e 25/4/63)

INDÚSTRIAS MARTENS

JORGE S/A

Assembléia Geral Ordinária

Convidam-se os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 do corrente, na sede social, às 17 horas, para julgamento das contas da Diretoria, eleição dos corpos administrativos, fixação dos seus vencimentos e o que ocorrer.

Belém, 20 de Abril de 1963

A Diretoria

Ext. — Dias 23, 24 e 25/4/63

FABRICAS PERSEVERANÇA S/A

Assembléia Geral Ordinária

Convidam-se os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 do corrente, na sede social, às 16 horas, para julgamento das contas da Diretoria, eleição dos corpos administrativos, fixação dos seus vencimentos e o que ocorrer.

Belém, 20 de Abril de 1963

A Diretoria

Ext. — Dias 23, 24 e 25/4/63

LOJAS SALEVY S. A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA, BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962, DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL A SEREM APRESENTADOS À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 25 DE ABRIL DE 1963.

Senhores acionistas:

Cumprindo a Lei e os nossos Estatutos sociais, vimos apresentar-vos o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1962. Pelo que vos é dado a verificar nêstes documentos, tomareis conhecimento das atividades da nossa Sociedade neste exercício e em reunião da Assembléia Geral Ordinária, estaremos à disposição dos senhores acionistas para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Belém, 23 de março de 1963.

(a.) Samuel Eliezer Levy — Diretor Presidente

(a.) Amélia da Graça Alves da Silveira — Diretor Tesoureiro

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

A T I V O

Imobilizado		
A g õ e s	2.000,00	
Móveis e Utensílios	636.661,10	638.661,10
Disponível		
C a i x a	8.701,10	
Bancos C/Depósitos	835.101,40	843.802,50
Realizável		
Adiantamentos p/c de Balanças	7.175,20	
Contas Correntes	4.092.675,50	
Mercadorias Gerais	21.003.228,50	
Duplicatas a Receber	9.704.050,40	
Promissórias a Receber	732.398,40	35.539.528,00
Contas de Compensação		
Ações em Caução	100.000,00	
Banco Comercial do Pará S/A — C/Caução	1.496.985,00	
Banco Nacional de Minas Gerais S/A — C/Caução	1.123.301,50	
Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A — C/Caução	928.196,00	
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A — C/Caução	736.219,00	
Banco Nacional do Norte S/A — C/Caução	222.490,00	4.607.191,50
		Cr\$ 41.629.183,10

P A S S I V O

Não Exigível		
C a p i t a l	10.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal	660.930,30	
Reserva p/Fundo de Resgate ..	660.930,30	
Fundo de Provisão p/Dividen-		
dos	2.000.000,00	
Fundo de Assistência aos Fun-		
cionários	660.930,30	
Fundos p/Devedores Duvidosos	485.202,50	
Fundo p/Depreciação	31.833,10	14.499.826,50
Exigível		
Assistência Dentária Inf. Pieda-		
de D'Ávila	25.593,00	
Promissórias a Pagar	7.050.000,00	

Contas Correntes	2.040.055,40	
Duplicatas a Pagar	9.966.966,00	
Impostos a Pagar	2.340.444,40	
Dividendos a Pagar	879.285,10	
Gratificação da Diretoria a Pa-		
gar	109.910,60	
Gratificação a Funcionários a		
Pagar	109.910,60	22.522.165,10

Contas em Compensação

Endossos em Caução	4.507.191,50	
Caução da Diretoria	100.000,00	4.607.191,50
		Cr\$ 41.629.183,10

Belém, 23 de março de 1963.

Samuel Eliezer Levy — Diretor Presidente

Amélia da Graça Alves da Silveira — Tesoureira

Francisca Gadelha da Silva — Técnico em Contabilidade
Reg. C.R.C. — 0571

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1962

C R É D I T O

Resultado do Exercício	
Mercadorias Gerais	
Lucro nesta conta	15.893.100,00
Oficinas	
Idem, idem	9.384,00
	Cr\$ 15.902.484,00

D É B I T O

Despesas do Exercício	
Despesas Gerais	5.031.616,90
I m p o s t o s	4.223.177,00
Institutos de Previdência	312.630,40
Despesas Bancárias	1.123.416,00
Juros & Descontos	1.126.102,10
C o m i s s õ e s	569.782,50
Fundo para Devedores Duvidosos	485.202,50
Fundo para Depreciação	31.833,10
Fundo de Reserva Legal	299.872,40
Reserva para Fundo de Resgate	299.872,40
Fundo de Provisão p/Dividendos	1.000.000,00
Fundo de Assistência aos Funcionários	299.872,40
Dividendos a Pagar	879.285,10
Gratificação da Diretoria	109.910,60
Gratificação a Funcionários	109.910,60
	Cr\$ 15.902.484,00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de LOJAS SALEVY S/A., estabelecidos à Avenida Presidente Vargas n. 582 declaramos que procedemos a conferência dos documentos em confronto com os lançamentos registrados nos livros fiscais e contábeis desta Sociedade, bem como a conta de Lucros e Perdas e Balanço referentes ao exercício de 1962, encontramos tudo em perfeita ordem, pelo que somos de parecer que os referidos documentos e atos da Diretoria sejam aprovados.

Belém, 23 de março de 1963.

Dr. ORLANDO FONSECA

Dr. ALBERTO BENDAHAN

FRANCISCO DE PAULA PINHEIRO

(Ext. — Dias 24, 25 e 26/4/63)

COMPANHIA DE GAS DO PARÁ**"Paragás"****Assembleia Geral Ordinária — CONVOCAÇÃO —**

Convocamos os senhores acionistas da Companhia do Gas do Pará, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, às 18,00 horas do dia 29 do corrente em sua sede social, à avenida Presidente Vargas n. 688, a fim de deliberarem sobre o seguinte: —

a) Aprovação das contas da diretoria, referentes ao exercício de 1962 com pareceres do Conselho Fiscal;

b) Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários para o exercício de 1962.

c) Eleição do Conselho Fiscal e fixação de seus honorários.

d) O que correr.

Belém, 15 de abril de 1963.

Odilardo Avelar

Diretor Gerente

Américo Neves

Diretor Administrativo

(Ext. Dias 23, 24 e 25/4/63)

**S. L. AGUIAR, FIBRAS, SE-
MENTES E ÓLEOS S/A.****Assembleia Geral Ordinária**

Convidam-se os acionistas desta sociedade anônima, para se reunirem em Assembleia Geral na sede social à trav. Marquês de Pombal n. 20, às 14 horas do dia 25 do corrente mês, a fim de tomar conhecimento e julgar as contas da Diretoria no Exercício passado de 1962.

Belém, 19 de abril de 1963

Pela Diretoria

Salomão Leão Aguiar

Diretor Presidente

(Ext. Dias 23, 24 e 25/4/63)

**RADIO AMAZONIA — CO-
MERCIO E INDUSTRIA S/A.****"RACISA"****Assembleia Geral Ordinária**

Convocamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 30 de abril corrente, às 17 horas, na sede social à Travessa Padre Eutíquio, n. 223, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Lucros & Perdas e Pare-

cer do Conselho Fiscal, e arbitrando as respectivas remunerações mensais.

1962;

b) Eleição da Diretoria para o próximo período;

c) Eleição dos novos membros do Conselho Fiscal e presente exercício;

d) Fixação dos honorários da Diretoria e Conselho Fiscal;

e) O que ocorrer.

Belém-Pará, 17 de abril de 1963.

a) **Nelson Marinho**

— Diretor Presidente

(Ext. 23, 24 e 25/4/63)

FAZENDAS UBERABA S/A.**Assembleia Geral Ordinária****Convocação**

Convidamos os srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 30 de abril corrente, às 17 horas, em sua sede social, na Fazenda Camburupí, município de Soure, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1—Aprovação das contas da Diretoria;

2—Fixação dos honorários da Diretoria;

3—Eleição do Conselho Fiscal;

4—Fixação dos honorários do Conselho Fiscal;

5 — O que ocorrer.

Belém, 22 de abril de 1963.

Heraclito de Almeida Cavalcante — Presidente

(Ext.—Dias 26, 27 e 28/4/63)

HOTEIS DO PARÁ, S. A.**Assembleia Geral Ordinária****1.ª CONVOCAÇÃO**

Nos termos do art. 98, do decreto-lei 2627, de 26 de Setembro de 1940, e do art. 11 de nossos Estatutos, convoco os acionistas de Hotéis do Pará, S.A., para, em Assembleia Geral Ordinária, reunirem-se, às 17,00 horas, do dia 30 de abril corrente, na sede social, instalada à Praça da República, n. 823, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de tomarem as contas da Diretoria, examinarem e discutirem o balanço e o parecer do Conselho Fiscal — relativos ao movimento de 1962, sobre eles deliberando, assim como elegerem os novos membros da Diretoria para o biênio 1963/1964 e do Conselho Fiscal para o exercício corrente.

Belém, 20 de abril de 1963.

(a) **Isaac Eliezer Levy** — Diretor Presidente,

(Ext. — Dia 25/4/63)

**BANCO DE CREDITO DA
DA AMAZONIA S/A****Assembleia Geral Ordinária****1.ª CONVOCAÇÃO**

Convidam-se os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 (trinta) de abril corrente, às 10 (dez) horas, na sede deste estabelecimento, à praça Viscondado do Rio Branco, número 90 (noventa), nesta capital, a fim de deliberarem sobre:

a) Relatório da Diretoria, Contas de Lucros e Perdas Balanços e Pareceres do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1962;

b) Eleição para preenchimento de um cargo vago na Diretoria (art. 22. dos Estatutos);

c) Eleição do Conselho Fiscal para o exercício de 1963/1964 (art. 32º dos Estatutos);

d) — Fixação dos honorários da Diretoria (art. 24º dos Estatutos);

e) — Fixação dos honorários do Conselho Fiscal (art. 33º dos Estatutos);

f) — O que ocorrer.

Belém, 24 de abril de 1963.

Raymundo Alcântara Figueira

Presidente

(Ext. 25, 28 e 30/4/63)

(Ext. — 25, 26 e 27/4/63)

**AGRO INDUSTRIAL DO
AMAPÁ S/A.****Assembleia Geral Ordinária****CONVOCAÇÃO**

Pelo presente edital de convocação, ficam os senhores acionistas desta Companhia, convidados, para a Assembleia Geral a ser realizada na sede social, à rua 28 de Abril de 1963, às 15 horas em sua sede social à rua 28 de Setembro, 106, nesta cidade, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

a) Leitura, Discussão e Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;

b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

c) O que ocorrer.

Belém, 18 de abril de 1963.

A DIRETORIA

(Ext. — 25, 26 e 27/4/63)

INDÚSTRIAS AMAZONIA**REFRIGERANTES S/A.**

Avisamos aos srs. acionistas que já se encontram em nossos escritórios à sua disposição os documentos referentes ao art. 99 do decreto-lei n. 2627 de 26/9/1940, referentes ao ano de 1962.

Belém, 20 de abril de 1963.

(a) **José Hermógenes Bara** — Diretor Presidente.

(Ext. — 25, 26 e 27/4/63)

CINEMAS E TEATROS**PALÁCIO, S. A.****Assembleia Geral Ordinária****1.ª CONVOCAÇÃO**

Nos termos do art. 98, do decreto-lei 2627, de 26 de Setembro de 1940, e do art. 11 de nossos estatutos, convoco os acionistas de Cinemas e Teatros Palácio, S.A., para, em Assembleia Geral Ordinária, reunirem-se, às 17 horas, do dia 30 de abril corrente, na sede social, instalada à Av. Presidente Vargas, n. 133, nesta cidade de Belém do Pará, a fim de tomarem as contas da Diretoria, examinarem e discutirem o balanço e o parecer do Conselho Fiscal, relativos ao movimento de 1962, sobre eles deliberando, assim como elegerem os novos membros da Diretoria para os cargos vagos com a renúncia dos respectivos titulares e os do Conselho Fiscal para o exercício corrente, arbitrando as respectivas remunerações mensais.

Belém, 23 de abril de 1963.

(a) **Jayme Eliezer Levy** — Vice-Diretor-Presidente.

(Ext. — Dia 25/4/63)

**MERPRE — COMERCIO E
REPRESENTAÇÕES, S/A.****Assembleia Geral Ordinária**

Convidamos os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 30 de abril de 1963, às 17 horas, em nossa sede social, à Praça da Bandeira, 28, para apreciação e julgamento do Relatório e contas da Diretoria relativos ao exercício de 1962 e o que ocorrer.

Belém, (Pa), 22 de abril de 1963 — a)

Juradyr Murta

Rocha, Presidente

(Ext. 25, 26 e 27/4/63)